

CIBERTERREIRO: CIBERATIVISMO QUE EMANCIPA?

Elisângela de Jesus Furtado da Silva¹

INTRODUÇÃO

A tecnologia conferiu possibilidades ilimitadas no que se refere à comunicação. O volume e rapidez com que informação de toda ordem circula possibilita a interação em tempo real a pessoas em diferentes pontos do mundo. Isso faz com que a sociedade contemporânea seja marcada por sociabilidades e dinâmicas sociais amplamente distintas das observadas até aqui. As redes mediadas pela tecnologia tensionaram os limites físicos para a interação humana. Assim, pessoas podem se conectar e compartilhar conhecimento e interesses comuns, ao mesmo tempo em que ampliam seus contatos.

As chamadas redes sociais são muito utilizadas com a finalidade de lazer e socialização, mas elas não se resumem a isso. Prova de sua potência pode ser observada em 2013 no Brasil durante as manifestações populares. Naquele ano, milhares de pessoas foram às ruas manifestar insatisfação com a corrupção e com práticas que representaram aumento do custo de vida, algo sentido de forma desigual na sociedade. Cartazes com os dizeres “saímos do Facebook” evidenciaram a relação das manifestações com as redes sociais (Pacelli, 2013).

¹ Doutoranda em Administração (Universidade Federal de Minas Gerais). <http://lattes.cnpq.br/2665919288176633>. <https://orcid.org/0000-0002-0730-5160>. elisangela.jfs@yahoo.com. Endereço para correspondência: Rua Icó, 226, Saudade, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30285-040. Telefone: Não informado.



As redes sociais funcionaram como um mecanismo que amplificou o alcance de vozes locais e conseqüentemente a identificação com determinadas ideias e visões de mundo. Diversos autores têm empreitado esforços para compreender as nuances desse fenômeno. A importância desses estudos, no qual se inclui o presente trabalho, reside no fato de que se trata de um fenômeno recente e cujas implicações ainda estão longe de serem esgotadas. Se por um lado, ideias e interesses em torno de melhores condições de vida ganham notoriedade e visibilidade e que configuram um ativismo virtual, por outro, também é possível perceber a proliferação de concepções conservadoras, intolerantes e violentas. Como exemplo recente pode-se evocar o uso de robôs no Twitter com o objetivo de influenciar as eleições, algo observado tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Os robôs em redes sociais são conhecidos por *bots* e são mais comuns do que se imagina, já que representam 65,1% de todo o tráfego da internet (Lago & Massaro, 2018). Os *bots* possibilitam evidenciar determinados assuntos de acordo com interesses prévios, inclusive veiculando informações falsas. O movimento do terraplanismo (Alvim, 2017) é outro exemplo, em que uma crença compartilhada por um grupo corresponde a uma concepção auto reforçada e referenciada.

Existem diversos motivos para interrogar-se a quem o desenvolvimento, aí incluído o tecnológico, tem servido. Refletindo sobre o papel social da Administração, para citar um caso, após ler “Administração entre a tradição e a renovação” (Aktouf, 1996) e “Economia Política do Poder” (Faria, 2004) a impressão nítida é a de que a Administração está construindo o fim do mundo. Isso porque todo um acúmulo teórico e aparato tecnológico está em função do sistema econômico vigente, e isso se reflete na prática acrítica e ahistórica de profissionais do campo, seja no âmbito de mercado ou científico. Desenvolvimento comprometido unicamente com a dimensão econômica relega a segundo plano todas as demais dimensões, inclusive a social, a qual paradoxalmente deveria servir. É justamente pela operação das ideologias também no interior da ciência que discutir a emancipação se torna imperativo.

O Ciberterreiro corresponde a um movimento político/cultural e por isso, pode ser considerado como ativismo. Nesse ensaio, o objetivo é compreender como se dá a possibilidade de emancipação de tal movimento pela ótica do ciberativismo. Para tanto, buscou-se apresentar os conceitos e discussões, bem como exposição do movimento, possibilitando uma análise amparada teoricamente. Por fim, foram feitas as considerações finais contendo os principais achados.

EMANCIPAÇÃO: UMA QUESTÃO DE ESCLARECIMENTO?

A busca da emancipação é uma ambição antiga no interior da ciência. Evocar a liberdade do pensamento livre e autônomo foi importante em um momento em que a produção do conhecimento era tutelada pela religião. Uma obra importante para compreender esse processo é Kant (1784). Para o autor, é responsabilidade dos sujeitos reproduzirem concepções de outrem sem questionamentos, o que ele considera como menoridade. Decerto, é inegável o conforto daqueles que abrem mão do incômodo contínuo, da dúvida e do ceticismo, em favor das respostas prontas. O autor aponta diversas situações em que o interesse é o de que as pessoas não raciocinem por si mesmas, o que ele percebe como o condicionamento da liberdade, algo reversível somente por meio do esclarecimento e da razão, já que considera:

Vivemos nós agora numa época esclarecida? – a resposta é: não. Mas vivemos numa época do Iluminismo. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação ou nela se possam apenas vir a pôr de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem. Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem actuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados. Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico (Kant, 1784, p. 6).

Kant apresenta como solução à menoridade e a sujeição o Iluminismo, movimento marcado pela supremacia da razão, da consciência e do esclarecimento em direção à autonomia e à liberdade. Apesar de o autor não usar o termo emancipação, não é outro seu objeto se não esse. O pensamento de Kant revela um sujeito ilimitado, para o qual todo o conhecimento e esclarecimento são acessíveis e este simplesmente pode optar por se apropriar ou não dessa autonomia. Esse super sujeito é justamente a fragilidade da aposta feita no Iluminismo pelo autor, já que ignorou a influência das estruturas e ideologias na construção do real no cotidiano das pessoas.

“Se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem.” (Kant, 1784, p. 6). A proposta do filósofo prussiano parece ser um caminho lógico e possível aos “os homens tomados em conjunto”. Um caminho permeado pelo esclarecimento, termo que não gratuitamente remete a claro, iluminado. A concepção kantiana denota a submissão à vontade, aos interesses de outros como responsabilidade de cada um, na medida em que não são capazes de determinar suas vidas por si mesmos. Por fim, portanto, ao controle exercido por outros, seria uma questão de esclarecer-se, buscar conhecimento, já que esse é embutido da propriedade libertadora.

A submissão seria uma condição de menoridade, fruto de escolha individual e a alternativa é o esclarecimento. Ao tensionarmos as ideias de Kant, respeitando-se o universo temporal do Século XVIII do qual emergiram, podemos considerar alguns dilemas. O primeiro deles a pertinência em se considerar submissão como ato passivo ou decorrente de escolha, razão pela qual justificaria Kant considerar as pessoas culpadas por serem orientadas por outros. Outra questão é a do esclarecimento decorrente do conhecimento. Kant não trata a dimensão do acesso e sequer problematiza a situação de que conhecer algo não necessariamente garante liberdade de ação. Aliás, a própria noção de liberdade no autor é um dilema, posto considerar que, se um público for livre, o esclarecimento por si mesmo será “quase inevitável” (Kant, 1784, p. 2).

Ao observar as questões colocadas pelo autor no Século XVIII e a atualidade, é inevitável considerar que muitas das promessas advindas do Iluminismo não se consolidaram e apresentam contradições relativas à noção de homem considerado universal, tomado do ponto de vista anatômico que constitui ponte direta à dimensão biológica, natural (Santos, 2002). Ao contrário do que previu Kant, não há uma razão universal e, portanto, ela não pode resumir o caminho para a emancipação humana. Os conhecimentos produzidos no interior da ciência respondem a demandas sociais de grupos específicos, o que demarca a existência de interesse e de ideologias (Faria, 2004). Os avanços científicos e tecnológicos não são neutros e é exatamente por isso que ao invés de todo esse aparato ter possibilitado desenvolvimento social, esteve a serviço da acumulação do capital. O resultado desse processo é amplamente conhecido, já que aponta para todo o debate da ética no desenvolvimento da ciência e tecnologia.

O crescimento dos níveis de desigualdades e questões sociais mobilizam diferentes grupos sociais em pautas políticas específicas, mas sempre em busca de emancipação. Desse ponto necessário se faz explicitar a que tal termo se refere, ao menos no âmbito desse ensaio. Tratar de emancipação forçosamente leva a discussão até a Escola de Frankfurt, dada a centralidade ou a presença desse tema nas produções. Uma das obras marcantes é Adorno e Horkheimer (1947), que tal como Kant, prevêem a autonomia dos sujeitos por meio do esclarecimento, chave que se vincula à noção de emancipação. Porém, a grande contribuição dos autores nessa discussão é pontuar os limites daquilo que se considera esclarecimento. Para eles, “que também nós, os conhecedores de hoje, [...] também tomamos nosso fogo do incêndio ateadado por uma fé milenar, aquela fé dos cristãos que também foi a de Platão, para a qual Deus é a verdade e a verdade, divina” (Adorno & Horkheimer, 1947, p. 55).

Aqui, é útil colocar em diálogo, as concepções de Kant (1784), Adorno e Horkheimer (1947), assumindo que, mesmo que se atendo ao tema aqui desenvolvido, seja um projeto pretensioso em alguma medida. A primeira

questão comum aos autores se refere ao papel do esclarecimento, elemento importante na presente discussão na medida em que confere suporte ao ativismo, e, por conseguinte, ao ciberativismo na busca por emancipação.

O modo de Kant (1784) descrever a falta de esclarecimento é por meio de ausências. Ou seja, ao olhar para a sociedade à sua época, determina que ela não pode ser considerada esclarecida, já que as pessoas são incapazes de pensar por si mesmas, por preguiça, por comodismo, por covardia e por serem destituídas de pensamento. A energia do autor se faz sentir na força de suas expressões, como em “Agora, porém, de todos os lados ouço gritar: não raciocines!”. Assim, é possível inferir que o esclarecimento remeta a autonomia de pensamento, condição *sine qua non* para a construção do entendimento, do conhecimento, que orientam a ação livre. O esclarecimento parece figurar como um patamar, atingido por aqueles com coragem suficiente para pensar e agir por si mesmos.

Já Adorno e Horkheimer (1947) tratam o esclarecimento de forma mais direta e profunda. Historicamente, indicam que o termo significou por muito tempo o desencantamento do mundo, que significa a passagem da crença em mitos, tradições e fantasias pelo conhecimento, pelo saber. Os autores citam Bacon como representante dessa expressão, já que em sua concepção, o saber é poder. Porém, os filósofos e sociólogos alemães promovem a desconstrução do termo, já que “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento” (Adorno & Horkheimer, 1947, p. 7). Se o conhecimento pode produzir mitos, o esclarecimento não pode ser considerado como total capacidade de raciocínio ou ação consciente, como Kant se faz entender.

Outra questão inerente ao esclarecimento advém do fato de que, se o processo de submissão a orientação de outrem, se faz pela ausência de pensamento que embasaria o conhecimento, isso torna imperativo saber “o que podem e até onde podem o entendimento e a razão conhecer” (Kant, 2001, p. 34). Como precursor

do Idealismo Transcendental, para ele, o limite do conhecimento humano se localiza em tudo que foge à possibilidade da experiência sensível. Desse modo, no próprio autor já é possível perceber que, se a emancipação decorre do esclarecimento e esse, por sua vez, possui limites, eles também existem para a emancipação.

Ou seja, o conhecimento é limitado (Kant, 2001) e é possível que ele próprio se torne um mecanismo de orientação à vontade do outro (Adorno & Horkheimer, 1947). Nesse aspecto, Clement (2017) é enfático ao considerar que a emancipação iluminista é uma farsa, já que ela concebeu regimes de verdade que legitimaram processos de opressão e subordinação, como a colonização. A produção do conhecimento científico europeu relegou a algo menor todo conhecimento produzido pelo 'outro', em todas as suas dimensões.

Mas qual é a implicação de a emancipação ser limitada? O primeiro ponto é que admitir esse limite é importante ao próprio processo de luta contra a opressão e a dominação. Assim, compreender os mecanismos de dominação é central para pensar em possibilidades de emancipação e, nesse sentido, conhecer a tudo não é possível e nem todo conhecimento produz esclarecimento. Para Adorno e Horkheimer (1947), a racionalidade que tornou possível o controle e a dominação da natureza, sofreu uma passagem à dominação humana, dessa forma, não se pode prescindir de que toda racionalidade seja capaz de conduzir à emancipação. Desenvolvida de forma acrítica, a ciência se torna um discurso ainda mais eficaz do que a religião em produzir dominação, algo que pode ser compreendido como processo que representa subordinação e opressão em favor de uma ideologia. Os autores exemplificam o processo de emancipação no que tange o antissemitismo, que está condicionado à capacidade de conscientizar-se da aberração de tal concepção, essa que eleva ao extremo os meios para privilegiar um grupo em detrimento de outro. Por mais que a violência e a opressão de uma ideologia sejam marcadas, nem sempre são visíveis as pessoas.

Ao enraizar-se no cotidiano, uma ideologia passa a ser encarada como ordem natural das coisas, o que impede que as pessoas lutem contra tais processos.

Assim, a luta pela emancipação tem como empreitada desvelar os processos opressores existentes e operantes na sociedade, possibilitando aos sujeitos possibilidades de escolha para construir seu próprio percurso de vida. O uso do singular para referir-se à emancipação induz a algo equivocado, já que existem meios diversos para sua busca, tais como as artes, a literatura, a filosofia além do próprio conhecimento científico. Mesmo no interior de cada grupo dos citados, ainda é possível pensar em abordagens distintas. Para Böhm (2006) é necessário resolver o dilema ontológico que permeia a crítica aos processos excludentes, questionando-se se o que se busca é reforma ou revolução. Assim, alguns tomam a lógica social como um processo dado, mas passível de mudanças que ocorrem mediante pressão política. Essas mudanças são pequenas e não provocam uma reestruturação, mas conferem uma possibilidade de avanço por meio das fissuras e esse posicionamento propõe a emancipação pela via reformista. Já a revolução se refere à ideia de que não é possível emancipar-se totalmente sob o atual sistema social e que, para tanto, é preciso superar o sistema de produção capitalista. Se o ideal reformista parece tímido frente à pretensão de revolução, todos os direitos e conquistas sociais são do tipo reformista, o que confere a importância desse mecanismo como forma de denunciar processos opressores e obter avanços sociais.

Sendo a emancipação um meio que possibilita aos sujeitos conhecerem alternativas, ela guarda grande afinidade com o campo político. Se por um lado, tornar-se um sujeito emancipado se constitui como uma impossibilidade, dado o limite do conhecimento cognoscível, a emancipação, por outro, se apresenta como desafio cotidiano, posto ser processo e não finalidade em si mesma. Desse modo, na era da mega produção de informação, um caminho promissor é compreender as novas formas de luta contra a opressão e dominação, o que nos leva às possibilidades advindas da internet, como o ciberativismo.

ATIVISMO E CIBERATIVISMO

O ativismo é uma das manifestações de movimento social, que pode ser compreendido pela busca de caminhos possíveis para apropriação, gestão, organização e direcionamento de bens, recursos, incluindo também processos sociais e políticos (Sierra Caballero, 2020). O autor destaca que movimentos sociais estão inseridos na luta por representação, demandas e interesses, e justamente por isso circunscrevem crítica ao arranjo das coisas na sociedade. Dessa forma, ele aponta que os movimentos sociais são decorrentes dos confrontos políticos e, conseqüentemente, representam visões de mundo e modos de perceber e organizar o real de forma distinta.

O ativismo pode ser compreendido pela defesa de ideias compartilhadas por um grupo, não necessariamente organizado (Davis & Zald, 2005). Justamente por isso, os conceitos criados pelo ativismo possuem elevada potência e rápida repercussão, não obstante transformam-se em modismos, perdendo seu caráter crítico no campo político na mesma velocidade com que se difundem. A proximidade das ideias com o cotidiano, promovem identificação e mobilizam as pessoas rapidamente. Os constructos surgem por meio de reflexões do cotidiano e não há critérios que pautem sua criação. Esse processo faz com que a multiplicidade de ideias tenha as mais variadas repercussões e interpretações.

Esse tipo de movimento social pode ser considerado uma resposta a processos sociais que representam algum modo de dominação, opressão ou violência. Medina (2019), chama a atenção para a questão racial, e que a oposição a essa ideologia configura um engajamento político. Para ele, a conscientização é fundamental na luta antirracista, por ser o meio de criar um tipo de sensibilidade que torna visível a violência. O enfrentamento do racismo não visa a mudança de mentalidade dos “opressores”, mas de toda a sociedade. Dentre as diversas formas de abordagem ativista, a que ele considera mais efetiva é a que se vincula à epistêmica.

A intenção do ativismo não se resume à mudança de opinião, mas sim, promover mudança social (Sierra Caballero, 2020). Isso seria possível, na luta antirracista por exemplo, por meio da desconstrução das lógicas racistas e que moldam a forma como as pessoas percebem as demais. A racionalidade racista significa violência a qual todas as pessoas na sociedade estão sujeitas, isso porque por meio dela, a diferença entre as pessoas confere a construção de hierarquias sociais, e que nega a determinados grupos a condição humana.

É justamente por essa razão que Medina defende o ativismo epistêmico, entendido como engajamento político atento à produção e reprodução da ideologia racista por meio da construção do conhecimento. A “era pró-linchamento”, ocorrida entre os anos de 1890 a 1930, nos Estados Unidos é um capítulo dramático que denota a violência contra pessoas negras naquele país. Nesse período, pessoas negras eram linchadas, acusadas por algum crime por um grupo de pessoas, e isso foi suficiente para normalizar a violência racial, ao ponto de tais atos serem divulgados por meio da imprensa. Qualquer ato, como um simples esbarrão de uma pessoa negra a uma branca já poderia configurar base para o linchamento. Para Medina (2019: 27), esses episódios aos quais considera “espetáculos de horror”, cumpriam a dupla função de amedrontar as pessoas negras e a construção do “branco respeitável”, em oposição ao negro criminoso. Esse processo de violência tão brutal e recente, produzia e reproduzia a lógica racista por meios que transcendem o uso da linguagem oral.

O resultado é a reconfiguração de mundo no qual a violência imposta às pessoas negras é normalizada e legitimada. A mudança, portanto, se desenha por vias capazes de proporcionar consciência não somente às pessoas negras e os racistas, mas a toda a sociedade, gerando empatia, algo possível por meio do ativismo. O autor descreve que uma das estratégias usadas contra o movimento pró-linchamento foi produzir cartões postais com fotografias de episódios. O propósito não era somente o de interromper os linchamentos, mas de

desconstruí-los enquanto espetáculo simbólico racista. Daí depreende-se a importância que essa expressão social adquiriu, sobretudo nos séculos XX e XXI.

Os ativismos são responsáveis por impulsionar mudanças na sociedade. O campo organizacional se apropriou de diversas críticas denunciadas pelo ativismo como forma de aprimorar processos, como é o caso da Teoria da Contingência (McAdam & Scott, 2005). Diversas outras mudanças de ordem política (Davis & Zald, 2005; McAdam & Scott, 2005) ocorridas nas organizações tiveram sua origem nas ideias propagadas pelo ativismo, como é o caso das conquistas, ainda que poucas, em torno das desigualdades baseadas por gênero.

Mas a quem interessam tais processos e por que não há aliança em busca da justiça social? (Scully & Creed, 2005). Os autores se sentem incomodados com algo que, a princípio, poderia ser tomado por óbvio. Já que os processos de exclusão são objeto de atenção de tantos grupos sociais, a conciliação dos discursos poderia conferir a potência necessária no campo político no sentido de promover mudança social e emancipação.

Böhm (2006) acredita que uma alternativa possível na luta contra a opressão e a dominação é a busca de uma identidade social, por meio do compartilhamento dos problemas vivenciados no cotidiano, difusão das mudanças conquistadas e uso de recursos simbólicos. Segundo o autor, o compartilhamento de uma identidade influencia na construção da realidade, ampliando a noção política. A construção dessa identidade não deve se basear em apenas uma esfera social, mas estar referenciada a grupos e ideais que compartilham o engajamento político.

A construção da realidade possui nuances que podem divergir no que se refere aos ideais pretendidos. Alguns grupos podem estar comprometidos com alterações que visem regular e reformar as relações cotidianas, já outros visam a mudança revolucionária. A conciliação de espaços discursivos deve levar

também em consideração as formas específicas que as relações apresentam nos diferentes grupos, podendo ocorrer tanto por disputa prescritiva quanto transgressiva (McAdam & Scott, 2005). A questão é como construir *loci* de interesses comuns, dotados de linguagem acessível e amparados por conhecimento, capazes de permitirem que as pessoas repensem sua forma de ver o mundo, percebam alternativas e ainda, mudem o curso de suas ações e comportamentos.

As questões colocadas até esse ponto revelam que o ativismo é o meio pelo qual interesses e ideias são defendidas e representam as tensões políticas que permeiam as relações sociais. O ativismo gera a proposição de constructos importantes na denúncia de processos opressores, o que representa o primeiro passo na busca contínua da emancipação.

A comunicação, por meio do avanço por meio da tecnologia, se tornou mais uma possibilidade de *lócus* para manifestações sociais ativistas, dando origem ao fenômeno do ciberativismo. Na visão de Sierra Caballero (2020), essa prática dotada de autonomia, desenvolveu-se de forma orgânica em resposta política às formas de organização da sociedade. A autonomia descrita pelo autor remete ao fato que tais organizações sociais possuem lógicas próprias de manifestar seus interesses e ideias.

O termo foi criado por Vegh (2003), que o descreveu como conjunto de ações dotadas de uma finalidade, podendo ser ativas ou reativas, contra modos de organização, controle ou autoridade. Ele ainda destaca a existência de elementos como cooperação, consciência e mobilização. A informação é base, por que é matéria basilar do esclarecimento discutido anteriormente.

O ciberativismo emerge no corolário da democracia em crise em um cenário neoliberal, o que remete à uma crise de representação e demarca o posicionamento de um grupo social. Caballero (2020) assinala que essa ação

coletiva também é permeada por uma ideologia, entendida como “expressão de interesses de determinadas classes sociais num dado momento historicamente contingente” (Cunha & Guedes, 2017, p. 961). De acordo com os autores, as práticas sociais que visam mudanças no real podem ser consideradas ideológicas.

O debate que se instaura a partir do ciberativismo, considerando-o um movimento social ativista, ideológico, que manifesta um posicionamento crítico de um grupo social frente a uma lógica opressora mais ampla, é sua capacidade de produzir mudança social e, nesse ponto, existem posições distintas. Condorelli e Gambetta (2016) questionam a efetividade das mudanças e criam uma distinção entre atitudes ativas e passivas no ciberativismo. Sierra Caballero (2020) considera que o ato de se comunicar por si só já é político, e sem ele não há como haver mudança de prática social. Em suma, o ato comunicativo constitui forma inescapável à necessidade de esclarecimento discutida por Kant (1784), na via da emancipação.

Sena e Tesser (2016) demonstram como o meio virtual de ativismo foi importante para evidenciar a violência obstétrica, termo que desnaturaliza as relações desumanas ocorridas durante o parto. Para elas, a conectividade proporcionada pela internet foi responsável por visibilizar essa questão. Assim, pode-se observar um duplo movimento: i) o de mobilização de vítimas e ii) a tensão propositiva em torno de mudança. O Teste da Violência Obstétrica foi divulgado por meio da Blogagem Coletiva, uma ação coordenada entre blogs no intuito de alcançar uma grande quantidade de pessoas. Durante os 38 dias em que o questionário permaneceu ativo, 1966 mulheres o responderam. Embora a pesquisa tenha sido informal, colocou em evidência a dimensão do problema, bem como alternativas para enfrentá-lo.

Tal como a iniciativa citada por Sena e Tesser (2016), pode-se evocar diversas outras que demonstraram a importância, a potência e a dimensão do ativismo por

meio das redes sociais. Um exemplo recente é o “Black Lives Matter”, movimento ativista mundial que reúne pessoas de diversas etnias pelo mundo, mobilizadas contra o racismo (Ransby, 2015). O movimento teve origem contra a brutalidade policial nos Estados Unidos, e foi originado por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi. As três representam as pautas das violências domésticas, a violência policial em Los Angeles e a imigração justa, algo que já demonstra a articulação de diferentes agendas em torno de processos violentos. Diversos crimes com motivação racial alçaram o movimento a nível mundial.

A *hashtag* Black Lives Matter usada em redes sociais, está amplamente difundida e reúne povos de diferentes idiomas, culturas e condição socioeconômica em torno da denúncia contra as formas de opressão e violência. O movimento demarca a capacidade do ciberativismo de agrupar pessoas em torno de ideias e conhecimento, esse que não resolve, mas é importante no processo de emancipação.

Porém, o ciberativismo não pode ser tomado como sinônimo de luta contra a opressão. Isso porque, sendo uma expressão de engajamento político por meio cibernético, é possível identificar outra corrente que utiliza os mesmos moldes. Megiddo (2020) aponta a ocorrência da opressão tecnológica produzida por governos, visando neutralizar e até destruir a oposição. Ele classifica tal fenômeno como dominação digital, por meio da qual ocorre a criminalização de ativistas, invasão de privacidade operada por milícias digitais, que se valem da coleta de informações, interceptação e interrupção de canais de comunicação, publicação de *fake news*, implantação do poder coercitivo estatal e intimidação de ativistas online pelas milícias.

A partir das manifestações ocorridas na China em 2019, Megiddo (2020) relata como as redes sociais foram importantes na geração do engajamento e mobilização de centenas de milhares de pessoas. Naquela ocasião, os manifestantes elaboraram estratégias para evitar a identificação e prisão das

lideranças do movimento, como uso somente de dinheiro, máscaras faciais e armas de laser para impedir a detecção facial. Também se valeram de anonimato nas redes, troca de telefones e de cartões SIM, tudo para proteger a identidade das pessoas. Ainda assim, administradores de grupo hospedado no Telegram foram presos. Essa situação já denota o quanto o espaço virtual tem sido disputado por diversas correntes e propósitos.

O trabalho desse autor é importante por apelar o otimismo excessivo com que o ciberativismo tem sido tomado. Para ele, o empoderamento dos movimentos sociais que utilizam a internet resultante da possibilidade de criar acesso ao conhecimento e capilaridade na difusão de informação e aglutinação de pessoas observado nos últimos anos, tem encontrado resposta a um número cada vez maior de produção científica e tecnológica que amplia o controle do estado sobre as redes sociais, dando origem aos “Estudos de Vigilância” (Megiddo, 2020, p. 399).

Fanpages no Brasil também podem ser consideradas ciberativismo, algo defendido no estudo de Resende (2019). A autora teria observado que os posts das páginas do “Movimento Brasil Livre” e “Frente Brasil Popular”, mobilizaram paixão e engajamento de pessoas em favor de um determinado posicionamento político – na época, de apoio ao impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Embora as *fanpages* não tenham sido criadas para criar um movimento político, foram meios para produção e reprodução de conteúdo ideológico, no caso o espectro político de direita, e um determinado interesse, o apoio à destituição da presidente à época.

O processo descrito por Megiddo (2020) mobiliza não somente governos, mas também empresas. Recentemente, a Huawei, empresa chinesa no ramo de telecomunicações, auxiliou o regime opressor do presidente da Uganda, Yoweri Museveni, na construção de um sistema de controle e monitoramento contra a oposição política. Esse sistema funciona por meio de milhares de câmeras com

reconhecimento facial espelhadas pela cidade, além de escutas telefônicas e invasão de telefones celulares. A empresa teria ajudado a localizar blogueiros da oposição, presos em ações policiais.

Diante do exposto, é plausível considerar que o ciberativismo corresponde a uma forma de movimento social, que apresenta ou defende ideias e interesses com teor ideológico e é produzido e reproduzido por meio das mídias sociais. Considerando-se os estudos de Megiddo (2020) e Resende (2019), essa prática social não necessariamente está comprometida com a emancipação social, mas se liga à dimensão política na medida em que se faz meio de representação de um grupo de pessoas. Foi possível perceber que esse mecanismo pode ser tanto usado para tensionar mudanças e reforçar lógicas ligadas ao *status quo*, quanto ser mecanismo de transformação e emancipação. Enquanto movimento social voltado à emancipação, o compartilhamento de informações é o responsável por gerar esclarecimento, engajamento, que podem gerar mudanças em atitudes e práticas sociais. Contudo, é preciso pontuar que, sendo o esclarecimento condição para a emancipação, a limitação se impõe para ambos.

Esclarecimento e emancipação podem ser entendidos como polos de extremos, opostos à ignorância e a subordinação. No campo político, tanto o esclarecimento quanto a emancipação total não são uma possibilidade, o que é possível demarcar nas promessas não cumpridas enunciadas por Kant (1784) acerca do Iluminismo. Além disso, o acesso ao esclarecimento não necessariamente significa mudança de atitude em favor de processos emancipatórios, como é possível destacar diante da necessidade de debater a ética na pesquisa científica, por exemplo. Outro fator que pede cuidado em relação à euforia em torno do ciberativismo também remete ao Iluminismo: organizações sociais voltadas à produção de esclarecimento são historicamente mais acessíveis a poucas pessoas. Ao levarmos em conta a difusão de um movimento social mediado pelas mídias sociais, não se pode deixar de considerar o contingente populacional sem acesso à tecnologia.

Desse modo, é possível compreender que o ciberativismo possui grande potencial em difundir ideias, conhecimento e informações, podendo ser voltado à busca da emancipação. Contudo, ele não denota a única possibilidade, já que existe ação política contrária e que tem se fortalecido nos últimos anos, ao reunir governos, empresas e cientistas, e que configuram a instauração da vigilância cibernética como meio de controle e dominação. Tal situação não deve ser considerada um empecilho, mas inspira cuidado no otimismo com o que ciberativismo tem sido encarado.

LUTA ANTIRRACISTA E O CIBERATIVISMO

Uma das grandes questões sociais no Brasil diz respeito ao racismo. Raça é entendida como uma construção em torno de diferenças genotípicas e fenotípicas e que configurariam grupos humanos distintos, concepção essa originária no campo da Biologia (Santos, 2010). Embora a diferenciação biológica tenha sido desacreditada cientificamente, raça continua sendo um termo importante, justamente em função do racismo. Em oposição a ideia de raça, surge a noção de etnia, que diz respeito às diferenças culturais (Oliveira, 2003).

Tomados como animais sem humanidade e mais tarde como seres inferiores, as pessoas negras sofreram e sofrem violência brutal, tanto física quanto simbólica. No nível simbólico, houve um processo de apagamento histórico por meio de discursos homogeneizantes e de mercado (Bernardino, 2002). Apesar de historicamente a raça não ser problematizada no Brasil, sobretudo antes do século XX, por diversas questões se mantém como presença ausente (Apple, 2001), com sérios desdobramentos sociais ao se considerar o Brasil o segundo país em população negra no mundo, mas que se constituiu nação negando as diferenças, o reconhecimento e a relação de pertencimento. Dado o contingente populacional brasileiro que guarda uma relação de hereditariedade com povos africanos, a importância de colocar o racismo é imensa.

No Brasil, o racismo é considerado uma forma de organização social que se constituiu como parte estrutural da sociedade (Almeida, 2018), dotado de ideologia própria. A condição de negação da humanidade de pessoas negras, observada na era escravocrata não deixou de operar e moldar as práticas sociais com o filme do processo, mas sim, conferiu passagem a novas formas, cada vez mais sutis de opressão.

As denúncias sobre discriminação racial impulsionam uma grande quantidade de pessoas a se manifestarem, por argumentos e formas variadas. Estudos como o de Florestan Fernandes (1978; 1972), Fernandes e Bastide (1955) e Freire (1978), são importantes obras que introduzem a temática racial. Os estudos marcam, sobretudo o Século XX, mas considerando o passado histórico, é possível destacar os anos de silenciamento em torno das diferenças e dos desdobramentos sociais em função do racismo. O próprio Freire (1978) aborda a questão de como o silenciamento em torno das diferenças raciais no Brasil, por meio do conceito de democracia racial, serviram ao projeto de constituir um discurso de nação. Assim, por anos, a discussão do racismo foi silenciada.

Ocorre que as implicações sociais do que é ser negro no Brasil não possuem grande profundidade de discussão de maneira homogênea no campo social, o que pode ser percebido na dificuldade de as pessoas, em primeiro momento, serem capazes de se identificar como negras e, por consequente, serem capazes de identificar práticas e lógicas racistas, algo interpretado por Turra e Venturi como racismo cordial (1995). Ao se pensar na tradição histórica de apagamento e silenciamento sobre as implicações do racismo, o acesso precário e desigual de acesso à informação e a educação no Brasil, isso pode significar que muitas pessoas, mesmo sendo negras, reproduzam ideias que as oprimem.

Há também outro fenômeno oposto, no qual se assume como ideal antirracista uma lógica radical, como a hegemonia racial, resultado de interpretações sobre o genocídio expresso em Nascimento (2016). De acordo com esta corrente, a

estética, as relações afetivas e as práticas sociais de pessoas negras deveriam ocorrer de forma coerente, de modo que reforçassem a promoção da negritude. Nessa concepção política, o relacionamento afetivo entre pessoas brancas e negras representaria genocídio da população negra. Essa visão carrega um dilema fundamental, já que se um projeto social totalizante oprime minorias, trocar esse ideal por outro não altera a lógica opressora. Os episódios de críticas a pessoas negras questionadas por modos de vestir, portarem e até por relacionar têm se multiplicado, como se esses elementos denotassem nível de esclarecimento e posicionamento político. O que se questiona é a existência de um quadro de referência que oprime aqueles que com ele não se identificam. A alternativa a isso seria a promoção de padrões culturais alternativos, não a eleição de um em detrimento dos demais.

A esse respeito Gordon (2016) aponta o conceito de interseccionalidade, oriundo dos estudos feministas, como sendo um elemento aglutinador dos ativismos. A autora descreve como em um cenário de diminuição da atuação ativista na década de 1990, ela reencontrou fôlego em um conceito científico. Essa mudança também marcou a aproximação entre estudos críticos e o ativismo social, conferindo novos elementos a ambos os grupos motivados por questões comuns: a busca de mudança social contra processos opressores.

No que tange à expressão de movimentos sociais, a possibilidade do ciberativismo conferiu capilaridade e engajamento importantes. Contudo, o processo de polarização foi uma tendência identificada por Rajkhowa (2021), especificamente ligada a essa prática social. A campanha *#MeToo*², ao mesmo tempo que conferiu visibilidade a opressão de gênero, também estimulou a reação do polo oposto.

² Eu também, tradução minha. Esse movimento se tornou conhecido por estimular pessoas a denunciarem abusos sexuais. Rajkhowa (2021) observou que a iniciativa estimulou a quebra do silêncio e a discussão sobre violência de gênero, mas também despertou ações contrárias, ligadas a grupos conservadores, que procuraram deslegitimar o movimento.

Neste cenário, se insere o movimento Ciberterreiro. O termo foi cunhado de forma pioneira durante a oficina “Aspectos da Cultura Africana e Afro-Brasileira”, oriunda do programa da UFMG denominado Formação Transversal em Saberes Tradicionais. A finalidade do programa é sistematizar o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e outros.

A oficina foi ofertada por Gil Amancio e Gabriela Guerra e por meio dessa experiência os discentes foram expostos à proposta do Ciberterreiro, entendido como exercício e experimentação coletiva de outras formas de criar, inventar e habitar o mundo. O termo foi criado por Gil e Gabriela e se refere a um espetáculo cultural de performance. De acordo com o site Segunda Preta (2017):

Tendo como base os procedimentos das artes e das culturas que emergem no Atlântico Negro e seu diálogo com as tecnologias digitais de som e imagem, o Ciberterreiro propõe a imersão num ambiente intermídia. A ideia é construir um espaço que possibilite a criação de narrativas instantâneas a partir do contato entre o público, os artistas e as interfaces. Nesta performance, o Coletivo Black Horizonte propõe a experiência do rito, do sagrado e do profano, tendo como inspiração as relações entre corpo, som, imagem e movimento, presentes nas festas e rituais do candomblé, umbanda, rodas de samba, danças urbanas, capoeira e reinados.

A via cultural foi a primeira a debater o racismo e a valorização da estética negra. Diversas manifestações culturais africanas e afro-brasileiras se dão no terreiro, tais como o candomblé, a capoeira, a escola de samba, o maracatu, o Congado e o Reinado para citar alguns. O Ciberterreiro visa promover o encontro entre essas manifestações culturais incorporando-se à tecnologia. Criar trânsito é muito próprio de manifestações culturais, já que favorecem a celebração e as diferenças. A relação com o corpo oriunda das tradições africanas se difere da ocidental e marca uma estética própria proveniente da inventividade. Experimentar um conhecimento é algo único, em um momento de conexão do

corpo, com sons, imagens, aromas e sabores de festas e rituais da arte e cultura do Atlântico Negro, além de tecnologias digitais de som e imagem.

Além da oficina, Gil Amancio, que possui uma biografia marcada pela intensa participação em movimentos sociais culturais e políticos antirracistas, também produz um espetáculo criado com a combinação de diversos elementos e expressões artísticas, como música, canto, dança e expressão corporal à tecnologia.

Tanto no espetáculo quanto na Oficina, a proposta é proporcionar conhecimento em tempo real por meio dos mais diversos estímulos, mobilizando todos os sentidos dos participantes. Durante as aulas na oficina, os discentes definiram o tema das aulas e o conteúdo foi debatido, como também experimentado. Algumas das estratégias adotadas foram os lanches coletivos, com comidas e chás que remetem ao universo afro-brasileiro, danças, músicas, performances, realização de montagens e colagens utilizando materiais orgânicos encontrados no chão do jardim. Após sete encontros, o último dia de aula da oficina foi realizado na Estação Ecológica, uma unidade de conservação urbana dentro do campus Pampulha da Universidade, com área de 11 hectares. Nesse momento, todos os participantes trouxeram alimentos e a partir deles, criaram e cozinham, enquanto discutiam-se processos históricos de racismo no país e possibilidades de enfrentamento. Os aprendizados desafiaram os participantes a experimentar o conhecimento mobilizando todos os sentidos, o que se difere em grande medida da experiência de aprendizado convencional na academia.

No espetáculo, realizado na UFMG durante o 48º Festival de Inverno em 2016, artistas e público se confundiram. As pessoas interagiram, movimentaram-se livremente embaladas por uma sonoridade que não corresponde com as referências ocidentais de música, combinadas com efeitos tecnológicos, luz e sons produzidos por materiais diversos.

Considerando-se o “terreiro” como lugar da interação, da sociabilidade e da transmissão de conhecimentos tradicionais, o “ciberterreiro” transporta essa possibilidade para o ambiente virtual, possibilitando a difusão dos saberes que valorizam a cultura afro-brasileira. Expor-se ao rito, ao sagrado e ao profano mediados pelo corpo como um todo, não somente pelo intelecto é capaz de fazer com que as pessoas repensem a si próprias e sua relação com os demais. A tensão decorrente do contato sensível com o diferente, aproxima as pessoas e faz com que percebam as demais por outras vias, como a artística e cultural. A rigor, esse movimento não possui um site, ou rede social, é um conceito manifesto e difundido por Gil e Gabriela, seja em aulas ministradas, seja nos espetáculos produzidos por eles.

CIBERTERREIRO COMO CIBERATIVISMO

A sociedade moderna criou as escalas globais de exclusão. O estabelecimento de uma grande narrativa universalista oprime quem não se encontra no perfil, sendo o parâmetro o homem branco, heterossexual, cisnormativo. Qualquer elemento a menos neste perfil significa possibilidades menores a que os sujeitos terão acesso. Essa lógica social tem excluído um contingente cada vez maior de pessoas.

Como forma de se incluir, os não brancos, não heterossexuais e não cisnormativos se submetem a condições precarizadas com relação ao grupo de referência, o que Sawaia (2001) chama de inclusão perversa. Os efeitos dessa situação são lastimáveis, pois mantém e aprofunda as desigualdades sociais, o que significa pobreza, má qualidade de vida e perda para toda a sociedade em termos de possibilidade de desenvolvimento.

Como visto, a busca pela emancipação é central para a existência humana, demarca uma postura política e é objeto para os ativismos. A política é o campo social que permite refletir sobre a ocorrência desse processo, bem como sobre

possibilidades que visam amenizar e reverter esse quadro. Nesse ínterim, o ativismo e mais recentemente, o ciberativismo, se apresentam como alternativas políticas aos processos opressores e violentos.

Este estudo procurou problematizar o ciberativismo, que se mostrou um ambiente novo e fértil para alcance e mobilização social. Ao evidenciar questões, tal como presente no trabalho de Sena e Tesser (2016), o ciberativismo demonstra que o ambiente virtual também é território político, muito embora essa dimensão tenha sido negada por muito tempo, já que a ciência se originou sob o discurso do esclarecimento e da racionalidade como vias emancipatórias (Kant, 1784; Adorno & Horkheimer, 1947). Ainda atualmente, a disputa em torno da cientificidade turva a dimensão política impressa às tecnologias.

Com o Ciberterreiro, Gil e Gabriela propõem a territorialização política do ambiente virtual em favor da promoção das culturas negras presentes no Brasil, pela dimensão da arte, da cultura, do sagrado e do profano que lhes são inerentes. Eles procuram propagar os ideais em torno do Ciberterreiro nas iniciativas artísticas, culturais e educativas que realizam, em eventos sociais, mas também utilizando suas redes sociais. A partir da discussão em torno da emancipação, compreende-se que o Ciberterreiro pode ser considerado um ciberativismo e, portanto, é potente para promover possibilidades emancipatórias.

Tal fato encontra respaldo em Vegh (2003), já que define ciberativismo como conjunto de ações dotadas de uma finalidade, podendo ser ativas ou reativas, contra modos de organização, controle ou autoridade. Ele ainda destaca a existência de elementos como cooperação, consciência e mobilização. A discussão teórica possibilitou perceber que o ciberativismo corresponde a uma forma de movimento social que apresenta ou defende ideias e interesses com teor ideológico, e é produzido e reproduzido por meio das mídias sociais.

No entanto, existem limites a esse movimento. Adorno e Horkheimer (1947) demonstram o processo que tornou a cultura em mercadoria na chamada Indústria Cultural. Em contexto de economia de mercado, tudo é explorado em termos de potencial em promover demanda. A cultura transformada em produto perde seu caráter contestatório e autônomo, já que precisa atender e caber em um enquadramento produto, o que significa que deve ser reproduzível, mensurável e distribuível. Assim, diversas manifestações culturais ao serem apropriadas pelo mercado, são esvaziadas de sua dimensão política, transformando-se em meros produtos a serem consumidos. O movimento Black Power, por exemplo, primeiro a evidenciar o racismo impresso na hegemonia da estética europeia, atualmente encontra-se em evidência no mercado. Cabelos crespos e volumosos que antes informavam um corpo político, hoje também correspondem a um nicho de mercado altamente lucrativo. A passagem de movimento político para produto de consumo produz esvaziamento do sentido original da iniciativa, tal como observado na discussão em torno da diferença e gestão da diversidade (Kuabara & Sachuk, 2011). A apropriação de questões críticas pelo mercado ocorre por meio da desproblematização de questões sociais mais amplas, como todo o sentido e a história ligados ao movimento Black Power. Assim, enquanto referência de produto de mercado, usar o cabelo crespo pode não ser suficiente para informar o nível de consciência e esclarecimento das pessoas.

Evidentemente, não se pode impedir que novas manifestações precisam se incluir na dinâmica social, inclusive como condição de continuidade. Nesse sentido, pensando o Ciberterreiro como um ciberativismo, o entrave se refere a quem são os sujeitos com acesso a esse movimento. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, lugar no qual o contingente pobre é em sua maioria, negro (Pereira & Zientarski, 2011). Assim, é possível considerar que grande parte das pessoas negras no país ainda não tenham acesso à tecnologia.

É preciso cuidado ao sinalizar o ciberativismo como alternativa promissora na luta contra a opressão, já que vários são os fatores a se considerar. O conhecimento por si somente, não pode ser considerado esclarecedor (Clement, 2017; Adorno & Horkheimer, 1947). Sendo a proposta de produção do conhecimento no Ciberterreiro sensível aos modos de produção do saber provenientes de referências africanas, é possível perceber que tal processo pode significar mudança na forma como as pessoas vêm e encaram as diferenças.

Nesse caso, não se trata da disseminação de um conhecimento somente, mas de uma forma distinta de ver o mundo, de experienciar o conhecimento por meio de todos os sentidos, incluindo aí aqueles que embasam a luta contra os processos opressores e de dominação. A interação proporcionada pelo Ciberterreiro, reunindo referências culturais tão diversas, cria um ambiente propício à troca e à empatia, fundamentais no processo de busca da emancipação.

Na perspectiva de Medina (2019) o Ciberterreiro também pode ser considerado potente por se valer de uma linguagem muito mais ampla que somente a oral para compartilhar conhecimento, experiências e informações. A luta antirracista precisa se valer de estratégias que ultrapassam o apelo textual, já que o racismo se naturalizou justamente por uma série de mecanismos sociais que levaram à naturalização da violência às pessoas negras.

Contudo, considerando-se as restrições de acesso à internet, o aumento do controle e vigilância dos governos sobre a internet, a atuação de milícias, de empresas e até cientistas sinaliza que o excesso de otimismo no potencial do ciberativismo é temerário, por ignorar o desenvolvimento de mecanismos coercitivos, e de controle e vigilância. De todo modo, a questão que se coloca não é a da impossibilidade, mas a da cautela nos usos e expectativas das novas formas de ativismo em sua pretensão de produzir emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou compreender como se dá a possibilidade de emancipação do movimento do ciberterreiro pela ótica do ativismo. Teoricamente, esse movimento pode ser considerado um ciberativismo, já que confere possibilidades emancipatórias para questões sociais que afligem grupos na sociedade brasileira, mais especificamente as negras. Procurou-se resgatar o entendimento a respeito da emancipação e evidenciar essa busca também em movimentos sociais, em posicionamentos políticos de luta e resistência.

Foi possível perceber que a emancipação não é algo dado ou um patamar a ser atingindo, mas um processo contínuo que desafia os processos opressores, de dominação e violência. Essa busca é fomentada pela produção e reprodução de conhecimento coerente do ponto de vista epistêmico contra os processos em questão. Ademais, essa busca deve ser perseguida por todas as pessoas na sociedade, não ficando restrita a apenas 'opressores' e 'oprimidos'.

Nesse sentido, o ativismo é um meio que procura apresentar alternativas às pessoas, proporcionando conhecimento e informações capazes de provocar mudanças de visões de mundo, e conseqüentemente, de ações e comportamentos. O ciberativismo é uma alternativa recente vista como promissora, já que consegue produzir e reproduzir uma grande quantidade de informação, de se capilarizar entre diferentes estratos da sociedade e de mobilizar pessoas.

Observou-se que o Ciberativismo propõe pensar o ambiente virtual tensionado pelo terreiro enquanto lugar da interação, da sociabilidade e da transmissão de conhecimentos tradicionais, possibilitando a difusão dos saberes que valorizam a cultura afro-brasileira, o que pode ser considerado uma territorialização política do ambiente virtual e da tecnologia em favor da promoção das culturas negras

presentes no Brasil, pela dimensão da arte, da cultura, do sagrado e do profano que lhe são inerentes.

Conciliar saberes e conhecimentos tradicionais, cultura, arte com a tecnologia confere extrema potência ao Ciberterreiro. Tanto no espetáculo, quanto na oficina, os participantes vivenciaram momentos únicos, se valendo de experiências sensoriais diversas. O desafio à possibilidade de emancipação que se impõe ao Ciberterreiro, enquanto ciberativismo se refere a como manter a densidade da discussão política ao mesmo tempo em que se torna um movimento inserido em um contexto de apropriação da crítica e das manifestações político-culturais pelo mercado, como se capilarizar em um país marcado pela desigualdade socioeconômica que se faz perceber também no acesso à internet e manter-se ativo e efetivo em tempos de aprofundamento da vigilância e dominação digital.

REFERÊNCIAS

Aktouf, Omar (1996). *Administração entre a tradição e a renovação*. São Paulo: Atlas

Adorno, Theodor & Horkheimer, Max (1947). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Almeida, Silvio (2018). *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento.

Alvim, Mariana (2017). Quem são e o que pensam os brasileiros que acreditam que a Terra é plana. *BBC NEWS Brasil*. Recuperado em 03 outubro, 2020 de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41261724>.

Apple, Michael W. (2001). Política de direita e branco idade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. *Revista Brasileira de Educação*, 16, 61-67.

Bernardino Joaze (2002). Ação afirmativa e a Rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(2), 247-273.

Böhm, Steffen (2006). Depositioning organization: the politics of resistance. In Steffen Böhm. *Repositioning organizations theory: impossibilities and strategies* (pp. 104-137). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Clement, Vicent (2017). Beyond the sham of the emancipatory Enlightenment: rethinking the relationship of Indigenous epistemologies, knowledges, and geography through decolonizing paths. *Progress in Human Geography*, 43(2), 276-294.

Condorelli, Antonio & Gambetta, Leticia (2016). De la movilización ciberactivista a una biopolítica de las redes. *Revista DIXIT*, 25, 4-15.

Cunha, Elcemir P., & Guedes, Leandro T. (2016). "Teoria das relações humanas" como ideologia na particularidade brasileira (1929-1963). *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 957-1018.

Davis, Gerald F. & Zald, Mayer N. (2005). Social change, social theory, and the convergence of movements and organizations. In Gerald F. Davis, Doug McAdam, W. Richard Scott, & Mayer N. Zald (Eds.). *Social movements and organization theory* (pp. 335-350). Cambridge: Cambridge University Press.

Faria, José H. (2004) *Economia política do poder*. uma crítica da teoria geral da administração. Curitiba: Juruá.

Fernandes, Florestan (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática.

Fernandes, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel.

Fernandes, Florestan & René Bastide (1955). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Unesco.

Freire, Gilberto (1978). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

Gordon, Linda (2016). 'Intersectionality', socialist feminism and contemporary activism: musings by a second-wave socialist feminist. *Gender & History*, 28(2), 340-357.

Kant, Immanuel (2001). *Crítica à razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Kant, Immanuel (1784). *O que é esclarecimento*. Recuperado em 4 outubro, 2020 de: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.pdf>.

Kuabara, Paula S. S. & Sachuk Maria I. (2011). Apontamentos iniciais sobre a gestão da diversidade: dilemas e significados. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 17(1), 9-29.

Lago, Lucas & Massaro, Heloisa (2018). Bots ou não? Um estudo preliminar sobre o perfil dos seguidores dos pré-candidatos à Presidência da República no Twitter. Recuperado em 3 outubro, 2020 de: <http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio-Bots-ou-n%C3%A3o.pdf>.

McAdam, Doug & Scott, W. Richard (2005). Organizations and movements. In Gerald F. Davis, Doug McAdam, W. Richard Scott, & Mayer N. Zald (Eds.). *Social movements and organization theory* (pp. 4-40). Cambridge: Cambridge University Press.

Medina, José (2019). Racial violence, emotional friction, and epistemic activism. *Journal of the Theoretical Humanities*, 24(4), 22-37.

Megiddo, Tamar (2020) Online activism, digital domination, and the rule of trolls: mapping and theorizing technological oppression by governments. *Columbia Journal of Transnational Law*, 394-442.

Nascimento, Abdias (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva.

Oliveira, Terezinha S. (2003). Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. *Revista Brasileira de Educação*, 22, 25-34.

Pascelli, Shirley (2013). 2013 foi marcado por manifestações populares através do uso estratégico das redes sociais. *Estado de Minas*, 26 dez. 2013. Recuperado em 13 setembro, 2020 de: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/12/26/interna_tecnologia,482501/2013-foi-marcado-por-manifestacoes-populares-atraves-do-uso-estrategico-das-redes-sociais.shtml.

Pereira, Sueli M. & Zientarski, Clarice (2011). Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 92, 493-515.

Rajkhowa, Arjun (2021). The concept of authorial legacy in polarised debate on the ethics of social media-driven activism. *Media, Culture & Society*, 43(3), 561-569.

Ransby, Barbara (2015). The class politics of black lives matter. *Dissent*, 62(4), 31-34.

Resende, Natália S. G. (2019). Semiótica, ciberativismo e paixões nos comentários da fanpage do Movimento Brasil Livre (MBL). *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, 12(3), 209-225.

Santos, Gislene A. (2010). Filosofia, diversidade e a questão do negro: argumentos criados no seio da filosofia pode nos auxiliar a entender a questão racial contemporânea? *Revista da ABPM*, 1(2), 7-30.

Santos, Gislene A. (2002). *A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas.

Sawaia, Bader (2001) Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In Bader Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 7-15). Petropolis: Vozes.

Scully, Maureen A. & Creed, Wed D. (2005) Subverting our stories of subversion. In Gerald F. Davis, Doug McAdam, W. Richard Scott, & Mayer N. Zald (Eds.). *Social movements and organization theory* (pp. 310-332). Cambridge: Cambridge University Press.

Segunda Preta. *Ciberterreiro*. 2017. Recuperado em 15 setembro, 2020, de: <http://segundapreta.com/ciberterreiro/>.

Sena, Ligia M. & Tesser, Charles D. (2017). Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 21(60), 209-220.

Sierra Caballero, Francisco (2020). Ciberactivismo y nuevos movimientos urbanos: la producción del nuevo espacio público en la política contemporánea. *Perspectivas de la Comunicación*, 13(1), 177-202.

Turra, Cleusa & Venturi, Gustavo (1995). *Racismo cordial*. São Paulo: Ática.

Vegh, Sandor (2003). Classifying forms of online activism: the case of cyberprotesters against the world Bank. In Martha Mccaughey & Michael D. Ayers (Eds.). *Cyberativism: online activism in theory and practice* (pp. 71-95). London: Routledge.

CIBERTERREIRO: CIBERATIVISMO QUE EMANCIPA?

Resumo

Em Belo Horizonte um movimento denominado Ciberterreiro procura conciliar tecnologia e arte negra, como forma de promoção cultural de povos e costumes afrodescendentes. A importância da iniciativa reside na luta antirracista em país marcado pelo racismo estrutural. Neste trabalho defendo o argumento de que conciliar tecnologia e expressões culturais, além de visibilizar pessoas e costumes invisibilizados em um contexto de racismo estrutural, pode promover o debate em torno de questões sociais complexas como a desigualdade e a exclusão. No entanto, é importante pontuar que o conhecimento por si somente, o acesso a tecnologia, o aumento ao controle e vigilância na internet e a apropriação pelo âmbito econômico de manifestações artísticas e culturais, que tem esvaziado politicamente os conceitos, e em alguns casos, impossibilitado o processo de emancipação juntamente com o excesso de otimismo, configuram um desafio ao potencial observado no ciberativismo, na busca por emancipação.

Palavras chave

Ciberterreiro. Ciberativismo. Esclarecimento. Emancipação.

CYBERTERREIRO: ¿EMANCIPANDO EL CIBERACTIVISMO?

Resumen

En Belo Horizonte, un movimiento llamado Cyberterreiro busca conciliar la tecnología y el arte negro, como una forma de promoción cultural de los pueblos y costumbres afrodescendientes. La importancia de la iniciativa radica en la lucha antirracista en un país marcado por el racismo estructural. En este trabajo defiendo el argumento de que reconciliar tecnología y expresiones culturales, además de invisibilizar a personas y costumbres invisibles en un contexto de racismo estructural, puede promover el debate en torno a cuestiones sociales complejas como la desigualdad y la exclusión. Sin embargo, es importante señalar que el conocimiento por sí solo, el acceso a la tecnología, el mayor control y vigilancia en internet y la apropiación por parte del ámbito económico de las manifestaciones artísticas y culturales, lo que ha vaciado políticamente los conceptos, y en algunos casos, hacer imposible el proceso de emancipación junto con el exceso de optimismo, constituyen un desafío al potencial observado en el cyberactivismo, en la búsqueda de la emancipación.

Palabras clave

Cyberterreiro. Cyberactivismo. Ilustración. Emancipación.

CYBERTERREIRO: EMANCIPATING CYBERACTIVISM?

Abstract

In Belo Horizonte, a movement called Cyberterreiro seeks to reconcile technology and black art, as a way of cultural promotion of Afro-descendant peoples and customs. The importance of the initiative lies in the anti-racist struggle in a country marked by structural racism. In this paper I defend the argument that reconciling technology and cultural expressions, in addition to making invisible people and customs invisible in a context of structural racism, can promote the debate around complex social issues such as inequality and exclusion. However, it is important to point out that knowledge alone, access to technology, increased control and surveillance on the internet and appropriation by the economic scope of artistic and cultural manifestations, which has politically emptied the concepts, and in some cases, making the emancipation process impossible together with the excess of optimism, constitute a challenge to the potential observed in cyberactivism, in the search for emancipation.

Keywords

Cyberterreiro. Cyberactivism. Enlightenment. Emancipation.

CONTRIBUIÇÃO

Elisângela de Jesus Furtado da Silva

A autora declara ser a única responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A autora declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para a elaboração desta contribuição.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos que viabilizaram o estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.

COMO CITAR

Silva, Elisângela J. F. (2022). Ciberterreiro: ciberativismo que emancipa? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(24), 231-266.